

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
70.910 - Brasília-DF
Fones: 273.3264 (direto)
274.0022 - ramal 2368

Série Antropologia nº 67
1988

**A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA VISTA ATRAVÉS
DO ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO**

ALCIDA RITA RAMOS

1. Origens

A visão que o editor de uma revista tem sobre ela não é e nem pode ser imparcial, desapaixonada.¹ Este é, pois, um depoimento engajado sobre o Anuário Antropológico, de alguém que acompanhou a sua gestação e, salvo por um curto período de ausência, sempre esteve envolvida no processo de seu crescimento e maturação. Mas, embora reconhecendo essa proximidade, afetiva mesmo, com a revista, tentarei olhá-la da maneira mais crítica possível, apontando não apenas o que me parece serem seus pontos altos, como também as suas fraquezas.

Há doze anos nasceu o Anuário. Está com 10 volumes publicados, um no prelo e outro em preparação. Ao longo dessa década a sua feitura tem sido o produto, ano a ano, de um trabalho, essencialmente artesanal, sem recursos, local ou estrutura próprios. Cada volume é o resultado do esforço mais ou menos heróico de uns poucos antropólogos que investem muito de seu tempo e energia no recrutamento de trabalhos, na seleção de textos, na uniformização editorial, na correção de provas, para terem, enfim, a satisfação de ver impressa a expressão antropológica, ou parte dela, a cada ano que passa.

A vontade de criar uma revista anual de antropologia surgiu do Professor Roberto Cardoso de Oliveira durante sua permanência, de 1972 a 1985, na Universidade de Brasília. O contexto intelectual e acadêmico que serviu de terreno para semear a idéia do Anuário foi, sem dúvida, a implantação, um após outro, dos cursos de pós-graduação no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília, ambos fruto da iniciativa e entusiasmo de Roberto

1. Trabalho elaborado para o Simpósio "Revistas Científicas Latinoamericanas y la Question de la Difusion del Conocimiento" durante o 46º Congresso Internacional de Americanistas, Amsterdam, 4 - 8 de julho de 1988. A autora tem sido "editor" do Anuário Antropológico desde sua criação em 1976, com exceção dos volumes 77 e 78; suas atividades têm sido englobadas sob o título de Secretária Geral do Anuário.

Cardoso de Oliveira.

Esses cursos, sementeiras de futuros antropólogos, passaram a formar um número cada vez maior de profissionais em plena produção de resultados de pesquisas e de reflexões várias sobre a teoria antropológica em suas muitas ramificações. Era necessário dar escoamento a essa produção. O Anuário veio contribuir para ampliar os canais desse escoamento, repartindo com outras publicações (Revista de Antropologia, do Museu Paulista, Dados, os boletins do Museu Nacional e do Museu Goeldi, entre outras) o privilégio de colher uma parcela considerável dos frutos de uma safra crescente de antropólogos dedicados à pesquisa e ao ensino. O velho anseio de Cardoso de Oliveira de criar no Brasil uma espécie de Année Sociologique passou a se realizar a partir de 1976, com o primeiro volume do Anuário Antropológico. A revista encontrou em Tempo Brasileiro, sediada no Rio de Janeiro, uma editora solídária e disposta a empreender essa aventura editorial.

A intenção era abrir um espaço não apenas para a publicação regular da produção acadêmica, mas também um fórum de debates, através de extensos artigos-resenhas que focalizasem as principais obras publicadas no ano, tanto no Brasil como no exterior. Para isso, foi criada uma divisão de crítica com várias seções que mais tarde foram suprimidas para dar lugar a um formato menos compartimentalizado. Esse debate nunca chegou a ser a característica principal da revista; as críticas, com poucas exceções, não têm gerado respostas ou argumentos polêmicos e o debate como tal continua sendo um desideratum pouco realizado.

A proposta do Anuário está expressa na contra-capá de todos os volumes, nos seguintes termos:

Anuário Antropológico representa um esforço dos antropólogos brasileiros de exercitarem articuladamente duas práticas: a de produtores de ensaios, artigos e proje

tos com a de consumidores da literatura nacional e estrangeira, disponível nas ciências sociais. A primeira prática, realizam através da publicação de trabalhos originais colhidos na comunidade profissional, especialmente -- mas não de modo exclusivo -- dentre aqueles que se dedicam às atividades docentes e de pesquisa acadêmica. A segunda, realizam-na estimulando a leitura conscienciosa e responsável de obras produzidas no Brasil e no exterior, por meio da análise de idéias e da elaboração de comentários e resenhas bibliográficas em sua seção de crítica.

Revista de cunho essencialmente acadêmico, o Anuário é dirigido a uma platéia especializada em ciências sociais, particularmente, em antropologia. Sem desmerecer os esforços de outros periódicos similares, creio que é justo dizer que o Anuário é atualmente a revista mais regular em antropologia, apesar dos problemas crônicos que acarretam grandes atrasos na sua publicação e dificultam a sua divulgação. Ao longo de seus 10 volumes publicados, a tentativa tem sido sempre de captar trabalhos de qualidade advindos de vários pontos do país e de outros países. A tabela abaixo mostra a diversidade de pontos de origem das contribuições, entre artigos, resenhas e outros estilos de expressão disciplinar.

AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COLABORADORES DO ANUÁRIO NO BRASIL

Universidade de Brasília (UnB)	72
Museu Nacional-Rio de Janeiro	45
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	11
Universidade de São Paulo (USP)	7
Universidade Federal da Bahia (UFBa)	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3
Universidade Federal do Pará (UFPa)	3
Museu Emílio Goeldi-Belém	3
IUPERJ-Rio de Janeiro	2
Instituto de Ciências Sociais-Rio de Janeiro	2
Ministério da Educação	2
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Pontifícia Universidade Católica-Rio de Janeiro (PUC-RJ)	1
Pontifícia Universidade Católica-São Paulo (PUC-SP)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPe)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPb)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)	1
Instituto de Ação e Cultura-Rio de Janeiro	1
Fundação Centro de Pesquisas e Estudos do Estado da Bahia	1

N.B. Estão incluídos aqui estrangeiros residentes no Brasil.

ORIGEM INSTITUCIONAL DOS COLABORADORES ESTRANGEIROS DO ANUÁRIO

Estados Unidos	15
México	4
Peru	2
Inglaterra	1

A concentração de trabalhos provenientes da Universida de de Brasília e do Museu Nacional reflete as circunstâncias de origem do Anuário referidas acima: o fato de as duas insti tuições terem seus programas de pós-graduação fortemente asso ciados, graças ao papel que Roberto Cardoso de Oliveira desem penhou em ambas e ao fato de que vários antropólogos da UnB es tudaram e trabalharam anteriormente no Museu. Como diretor do Anuário, Cardoso de Oliveira congregou colegas com os quais trabalhava ou havia trabalhado em estreita colaboração. Esses colegas -- Julio Cezar Melatti, Otavio Velho, Roque Laraiá, Roberto da Matta, Gilberto Velho, Mariza Peirano, Lia Machado e eu mesma -- compuseram (alguns ainda compõem) a Comissão de Redação e a Secretaria Geral, esta última encarregada do trabalho editorial propriamente dito. Enquanto o Conselho Edi torial é composto de profissionais de 12 instituições nacio nais diferentes, a Comissão de Redação e editoração esteve con centrada na UnB e no Museu Nacional até 1986. A partir daí, com a transferência de Cardoso de Oliveira para a UNICAMP, o Anuá rio passou a ser administrado inteiramente por antropólogos da Universidade de Brasília, sempre mantendo a diretriz de publi car trabalhos de profissionais de todo país.

Quanto ao exterior, a presença marcante de antropólogos norte-americanos ou residentes nos Estados Unidos é, em grande medida, consequência do contato multivariado que os membros da equipe responsável pela realização do Anuário mantêm com cole gas daquele país; esse contato decorre, entre outras razões, do fato de a maioria desses membros ter feito pós-graduação nos Estados Unidos. Não deixa de ser surpreendente que, apesar da inclinação e da vontade de publicar trabalhos provenientes de outros países da América Latina, a contribuição de colegas desses países tem sido irrisória.

2. Produção

Nos 10 volumes do Anuário foram publicados 8 ensaios, 52 artigos -- numa média de 5 artigos por volume --, 7 conferências, 4 projetos, 3 seminários, 101 artigos-resenhas na seção de crítica -- numa média de 10 por volumes --, além de editoriais, depoimentos e homenagens ocasionais, incluindo 5 homenagens póstumas na seção In Memoriam. Focalizarei aqui o teor dos artigos, ensaios, projetos, seminários e conferências. Excluo os artigos-resenhas por não representarem a constituíção propriamente dita do Anuário, pois refletem, antes de tudo, as obras sobre as quais comentam. Analisando o conteúdo desses artigos, ensaios, etc., encontramos uma gama de temas que podem ser recortados de várias maneiras. Optei por fazer um intercruzamento de dois grandes cortes: tópicos e problemáticas. Devo enfatizar, porém, que esses cortes não são estanques, de modo que o mesmo artigo, ensaio, etc., pode aparecer no cômputo de tópicos e de problemáticas. Por tópicos refiro-me a grandes áreas empíricas de investigação, como sociedades camponesas, sociedades indígenas, minorias, etc. Sob o rótulo algo complicado de "problemáticas" incluo assuntos que atravessam os tópicos e que lhes dão foco teórico, metodológico ou temático, como, por exemplo, cosmologia, parentesco, mudança social, etc. Vejamos nas tabelas abaixo quantas vezes esses tópicos e problemáticas aparecem nos 10 volumes do Anuário, excluídas as críticas.

FREQUÊNCIA DE TÓPICOS NO ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO

1976-1985

Meta-antropologia ²	12
Campesinato	12
Etnologia indígena	11
Estudos urbanos	8
Estudos sobre negros	3

2. Por meta-antropologia refiro-me a trabalhos cujo objeto de análise é o trabalho de antropólogos e de outros pensadores sociais, ou a produção intelectual de grupos ou instituições profissionais. São estudos críticos de estudos sobre a antropologia.

FREQUÊNCIA DE PROBLEMÁTICAS NO ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO
1976-1985

Indigenismo/contato interétnico	9
Organização social/parentesco	9
Cosmologias	9
Etnicidade/identidade étnica	8
Família	6
Mudança sócio-econômica	6
Sistemas de classificação	6
Dinâmica regional	5
Epistemologia da antropologia	5
Nominação	3
Pensamento político	3
Sistemas de conhecimento	3
Etnohistória	2
Antropologia médica	1
Ritos sociais	1

Fica, pois, muito claro que algumas temáticas têm tido lugar privilegiado nas páginas do Anuário. Surpreendentemente, aquilo que chamo de "meta-antropologia" é um dos tópicos mais freqüentes e não deve ser confundido com epistemologia da antropologia. São reflexões sobre autores clássicos da disciplina, sobre comparações e contrastes entre abordagens de antropólogos, filósofos, sociólogos, historiadores, sobre facetas pouco conhecidas de autores muito conhecidos, ou sobre a personalidade institucional de entidades profissionais. Esta ênfase na produção intelectual da disciplina talvez reflita o que parece ser uma insistência nacional sobre a necessidade de "fazer teoria", de recorrer ao "teórico" para não cair no "puramente empírico". O estigma que envolve o fazer descrição "pura e simples" talvez seja o responsável pela preocupação de teorizar, seja sobre camponeses, seja sobre índios, seja sobre os

próprios antropólogos. Uma descrição, por mais densa que seja, não parece satisfazer os anseios do pensamento antropológico, ou mesmo social, brasileiro.

Os estudos sobre sociedades camponesas têm focalizado problemáticas que vão desde o processo de assalariamento do camponês, a sistemas altamente complexos de conhecimento encontrados em populações rurais, à organização de relações de família e de trabalho. Nos 10 volumes publicados, o campesinato está presente em 12 contribuições, dentre as quais os resultados de um seminário realizado em 1981 na Universidade de Brasília ao longo de vários meses e quatro projetos de pesquisa: dois em 1976, um em 1978, o quarto em 1979. Dentre os tópicos é o mais presente nos 10 anos de publicação da revista.

Depois da meta-antropologia e do campesinato são os estudos de etnologia indígena que comparecem mais vezes nos volumes do Anuário. Com 11 contribuições, esse tópico aborda problemáticas também muito diversas: sistemas políticos, de nomeação, de parentesco, cosmologias, sistemas de conhecimento e várias outras manifestações do universo simbólico indígena. É preciso notar, contudo, que uma grande área dos estudos indígenas está contida nas rubricas "indigenismo/contato interétnico", com nove trabalhos publicados, e "etnicidade/identidade étnica", com seis. Aqui, ao contrário da ênfase em sociedades indígenas específicas, as análises recaem sobre a problemática do contato como tal. A presença indígena no Anuário Antropológico é, portanto, notável e merece uma reflexão mais detida, à qual voltarei mais adiante.

Enquanto estudos sobre camponeses e índios perfazem um total de 48 trabalhos, os estudos urbanos e sobre negros mal ultrapassam a dezena. Também aqui poder-se-ia tecer algumas considerações que ajudem a esclarecer a escassez de escritos sobre esses dois tópicos do Anuário, embora admitindo desde já o caráter francamente impressionista de tal tentativa. Na seção se

guinte deste trabalho abordarei essas questões, ao falar da presença da antropologia brasileira nas páginas do Anuário. Os demais assuntos, de parentesco a etnohistória, são abordados tanto de maneira descritiva, como de pontos de vista predominante epistemológicos.

Algumas ausências notáveis -- estudos de ecologia cultural, cultura material, antropologia do direito, por exemplo, além de antropologia biológica e arqueologia -- conferem, tanto quanto as presenças constatadas, o caráter que o Anuário tem assumido em sua primeira década de vida. É uma revista que atrai um certo tipo de temas e um número limitado de abordagens. Até que ponto ele é representativo da antropologia no Brasil é o que tentaremos ver a seguir.

3. A Antropologia Brasileira Impressa no Anuário Antropológico

Dez anos é, sem dúvida, um período muito curto para se fazer uma avaliação segura de algo que pretende alcançar uma razoável longevidade. É muito pouca diacronia para uma sincronia sólida. Mesmo reconhecendo a tomeridade que acompanha o exercício em caracterizações deste tipo, arrisco umas poucas sugestões que me foram apontadas, a maioria delas, pelo exame do conteúdo de cada volume do Anuário e pelo esforço de apreender os seus dez anos de existência como uma totalidade reveladora, quem sabe, da antropologia que se pratica no Brasil. Naturalmente, para se traçar um perfil da antropologia brasileira seria necessário esquadriñar todas as revistas e livros publicados aqui. Como esse não é o meu propósito, não por falta de interesse, mas por falta de tempo hábil, contento-me em fazer todas as ressalvas cabíveis a um exercício fatalmente incompleto. Algumas das reflexões que se seguem foram geradas ao longo de quase três décadas na profissão; outras, como já indiquei, saltaram-me aos olhos na forma de tabelas de frequência.

Em primeiro lugar, o que significa a recorrência de certos temas nos 10 volumes aqui examinados? Por um lado, a continuidade, de 1976 a 1985, de tópicos como campesinato e sociedades indígenas e de problemáticas como indigenismo, parentesco, cosmologia, etnicidade, família, etc., parecem estar indicando uma sedimentação que pode ser interpretada como um conservadurismo estagnante, avesso a inovações, ruminando assuntos já ultrapassados. Mas também pode ser vista, e eu a prefiro ver assim, como indicação de uma busca de maturação que não se deixa impressionar por modismos. Ao contrário do que de vez em quando se ouve nos bastidores da academia, ou até nos cadernos ilustrados dos jornais de domingo, a evidência mostrada pelo Anuário vai no caminho contrário ao das impressões que vêm na intelectualidade brasileira em geral e na antropologia em particular um exercício em rápidas trocas sucessivas de roupagens teóricas que envelhecem antes de se moldarem ao corpo pensante. A suposta alta rotatividade de modas acadêmicas parece não ocorrer nas páginas do Anuário, pelo menos com a espantosa rapidez da obsolescência instantânea.

Essa continuidade temática pode estar ligada a outra dimensão que reputo extremamente importante na caracterização da antropologia brasileiro, pelo menos em algumas de suas manifestações, notadamente, nos estudos de campesinato e de sociedades indígenas. Refiro-me ao engajamento com que esses temas têm sido tratados pelos antropólogos brasileiros, engajamento esse que revela já na própria abordagem das problemáticas escolhidas uma postura politicamente definida e uma preocupação de manter a responsabilidade social dos antropólogos para com seus objetos de pesquisa. Para que uma postura engajada tenha consequências éticas, políticas e, por que não, morais, ela precisa ter um mínimo de persistência e continuidade. A solidez do trabalho acadêmico é o que dá respaldo a ações esclarecidas. Isso não quer dizer que para se ser coerente ética e politicamente

te é preciso estagnar na teoria. O que significa é que a volubililidade nunca foi sustentação para a congruência ética, política ou qualquer outra sobre questões que envolvem o papel do pesquisador face os seres humanos esmiuçados por suas investigações. Transformações ocorrem, inevitavelmente, quando se busca novas formas de explorar o que ainda não se conhece ou de ver com novos olhos o que já, de tão familiar, se tornou invisível.

É possível que tal interpretação dessa faceta conservadora do Anuário não seja mais do que uma manifestação de wishful thinking de minha parte, o que pode ser facilmente testado pelas reações que possivelmente virão. No entanto, em meio a modismos intelectuais, a gurus que entram e saem da cena acadêmica, é de perguntar por que permanecem esses temas. Modas de dez anos já começam a enveredar pelo terreno do permanente, bem entendido, dentro da transitoriedade necessária do devir histórico de qualquer disciplina.

Um segundo ponto passível de especulação à guisa de explicação refere-se aos temas pouco representados no Anuário ou totalmente ausentes. É muito difícil saber, por exemplo, por que não foram publicados mais artigos sobre sociedades urbanas. Os que foram concentram-se em problemáticas como organização social, família, parentesco, ritual. Temas como periferia, violência, movimentos operários e outros recorrentes em centros urbanos estão virtualmente ausentes, exceto nas seções de crítica onde são resenhados livros sobre esses assuntos. Uma possível razão dentre muitas outras pode estar ligada ao fato de que o estudo desses temas está concentrado em alguns centros que têm contribuído pouco para o Anuário. Por exemplo, a Universidade de São Paulo, grande produtora de pesquisas sobre violência urbana, problemas da periferia, discriminação racial, está representada com apenas sete contribuições nos 10 volumes do Anuário. Obviamente, esta ausência temática na revista não reflete, de modo algum, o que ocorre na antropologia brasileira como um todo. A

opção de publicar os resultados dessas pesquisas em outras revistas ou em forma de livro é evidente na quantidade de trabalhos em circulação e que o Anuário tem registrado, em certa medida, na forma de críticas. Cito a USP apenas como ilustração, mas não me restrinjo a ela neste comentário sobre a interessante divisão de trabalho editorial que parece existir nos meios antropológicos nacionais.

Par a par com a "veia conservadora" do Anuário, se assim posso dizer, existem tendências em fluxo que refletem o estado da arte nos centros internacionais de difusão mais ativos. Uma dessas tendências é trabalhar a interface de disciplina afins à antropologia -- o que se tem chamado de "interdisciplinaridade" -- como a psicanálise, a filosofia, a história, a sociologia. Outra tendência é acentuar o sabor interpretativo nas análises de certos temas, um dos principais sendo o que chamo aqui de "meta-antropologia". Na busca de compreensão sobre certos pensadores sociais, como Weber, Nietzsche, Durkheim, Florestan Fernandes, Louis Dumont, e das conseqüências que suas trajetórias intelectuais tiveram ou têm para o desenvolvimento da antropologia, predomina o recurso à interpretação mais do que à formalização. Com esse instrumento interpretativo, velhos temas são revelados em novas soluções precipitantes de facetas antes ignoradas ou diferentemente focalizadas. Análises desse tipo sempre estiveram presentes, mas não deixa de surpreender a grande investida dos estudos sobre estudos da disciplina que nos últimos quatro anos freqüentaram as páginas do Anuário, chegando a nada menos que uma dúzia. Também aqui, não me parece que o Anuário seja muito representativo de que ocorre com a antropologia no país.

Uma questão que vem suscitando algum interesse na disciplina é a insistência histórica de estudar "em casa" (às vezes, literalmente) -- populações rurais, populações urbanas, populações indígenas, mesmo que as últimas se encaixem com gran

de desconforto nessa suposta domesticidade metodológica. Recorrendo mais uma vez aos números para ancorar ou desalojar impressões, constato que dos 66 trabalhos referentes ao Brasil nos 10 volumes do Anuário, 14% foram escritos por estrangeiros não residentes no Brasil, enquanto que dos 17 que têm seu objeto fora do país, 30% foram escritos por brasileiros. Por surpreendentes que sejam, esses números não devem dar a impressão de que todos os cinco artigos escritos por brasileiros sobre temáticas estrangeiras são resultados de pesquisa fora do país. Três foram realizadas in loco e duas foram feitas com fontes bibliográficas. Por mais tênues que sejam, esses dados apontam para uma tendência à "expatiação" na antropologia nacional; alguns colegas da terra começam a se espriar para além-mar e além-equador - Estados Unidos, França, Índia, África, Japão -- em ainda tímidas sortidas a outras alteridades.

Agradecimentos

Sou grata a Mariza Peirano e Bruce Albert pelo olhar crítico que lançaram a este trabalho.

